

RELACIONES EXTERIORES

Mercosul em clima de frustração

Adiamento do acordo com a UE reduz importância da cúpula, que torna-se apenas a passagem de comando do Brasil ao Paraguai

» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comanda, hoje, em Foz do Iguaçu (PR), a 67ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, com a presença dos presidentes da Argentina, Javier Milei; do Paraguai, Santiago Peña; e do Uruguai, Yamandú Orsi. Todos confirmaram presença, segundo o Ministério das Relações Exteriores. A reunião será aberta em clima de frustração por causa do adiamento da assinatura do acordo de livre-comércio com a União Europeia, que estava previsto para ocorrer durante a cúpula na cidade fronteiriça.

Ao Correio, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reafirmou que o bloco sul-americano "está pronto para assinar esse acordo há um ano, desde a conclusão das negociações" e que não vai ficar parado, à espera de uma decisão da União Europeia (UE). "O presidente Lula já indicou que não ficaremos esperando indefinidamente por uma posição dos europeus. Até porque, temos uma série de outros interessados em negociar acordos de livre-comércio com o Mercosul, incluindo países importantes do Sudeste Asiático e três membros do G7 — Canadá, Japão e Reino Unido. Não há tempo a perder, e seguiremos negociando novas parcerias com o mundo", disse o chanceler.

Ontem, em Foz do Iguaçu, antes da reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) — órgão decisório de nível ministerial do Mercosul —, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, disse que estava "desiludido" por não poder assinar o tratado comercial "pela falta de consenso interno no seio da UE".

"O Uruguai ficará à espera de que o bloco europeu finalize seus trâmites internos para que a presidência pro tempore do Paraguai

Letícia Clemente/MRE



“

O presidente Lula já indicou que não ficaremos esperando indefinidamente por uma posição dos europeus. Até porque, temos uma série de outros interessados em negociar acordos de livre-comércio com o Mercosul, incluindo países importantes do Sudeste Asiático e três membros do G7 — Canadá, Japão e Reino Unido. Não há tempo a perder, e seguiremos negociando novas parcerias com o mundo”

Chanceler Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores

estabeleça os passos concretos para a desejada assinatura", explicou o chanceler uruguai, referindo-se à troca de comando no bloco sul-americano, quando o Brasil passa a presidência temporária do Mercosul ao Paraguai, que ficará à frente do bloco ao longo do primeiro semestre do ano que vem.

Lubetkin lembra que o bloco mantém negociações com outras economias fortes, que devem ser concretizadas em 2026. O acordo com os Emirados Árabes Unidos, por exemplo, tem de ser firmado "o mais brevemente possível, assim como o avanço das negociações com o Canadá a partir

de uma visão pragmática, a fim de chegar a um resultado alcançável no curto prazo", disse ele.

A assinatura do acordo comercial entre Mercosul e UE, que deveria ocorrer hoje, foi adiada para janeiro a pedido da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, que solicitou a Lula

que levasse essa posição aos sócios sul-americanos. Sem a Itália e com a oposição histórica da França, a Comissão Europeia (braço executivo da União Europeia) não pode assumir o compromisso de abertura comercial. A expectativa dos negociadores e diplomatas dos dois blocos é de

que o tratado de livre comércio seja assinado em 12 de janeiro.

Além dos presidentes dos países fundadores do Mercosul, estarão presentes à cúpula o ministro de Relações Exteriores da Bolívia (que efetivou a entrada como Estado Parte do bloco em 2024), Fernando Aramayo Carrasco, e representantes de cinco dos sete Estados Associados: Chile (com o ministro das Relações Exteriores), Colômbia (com o coordenador nacional para o Mercosul), Equador (com o encarregado de Negócios), Panamá (com o presidente) e Peru (com o diretor da Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores). Guiana e Suriname não confirmaram o envio de representantes.

Alckmin quer pressa

Em Brasília, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, espera que o adiamento da assinatura do acordo com os europeus não se prolongue por muito tempo. "Esperamos que seja um adiamento curto, porque é importante para o Mercosul", disse ele a um grupo de jornalistas.

Entidades empresariais brasileiras também lamentaram o adiamento, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O presidente da entidade, Ricardo Albal, se disse "frustrado" com a indecisão dos europeus. "Adiar a assinatura do acordo, neste momento, é motivo de frustração, especialmente diante do longo histórico de negociações. Mas esperamos que o empenho em firmar essa parceria seja mantido para que o processo seja concluído o quanto antes, em benefício de uma integração econômica do Mercosul com a União Europeia", disse.

Expectativa de fechamento em janeiro

Apesar do recuo de última hora da Itália, que se uniu à França para evitar a aprovação do acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, líderes do bloco europeu acreditam que o tratado será assinado em janeiro com os parceiros sul-americanos. Em Bruxelas, sede da Comissão Europeia (CE), apesar dos protestos de agricultores contrários à abertura do mercado local aos produtos do Mercosul, a expectativa, segundo fontes diplomáticas, é de que o acordo — negociado há quase 27 anos — seja aprovado pela maioria dos países.

"Depois de 26 anos de negociação, creio que um atraso de três semanas é algo tolerável", disse a presidente da CE — braço executivo da União Europeia —, Ursula von der Leyen, na capital belga. "Estou confiante de que teremos a maioria necessária", completou, em entrevista aos jornalistas que cobrem as reuniões

da cúpula do bloco europeu.

Mas para que o acordo seja aprovado, a CE precisa de maioria qualificada dos países-membros — no caso, o voto favorável de 15 membros que somem, no mínimo, 65% da população europeia. Sem França e Itália, essa maioria não é atingida.

Para o presidente da França, Emmanuel Macron, a aliança temporária com Meloni representou uma vitória dos países que se opõem ao acordo comercial. A união das duas nações — que só ficam atrás da Alemanha em número de habitantes no continente — pode viabilizar o mecanismo de minoria de bloqueio, barrando a assinatura do acordo.

Macron — que também sofre pressão política dos agricultores franceses — disse que ainda é "muito cedo" para decidir se a França vai mudar de posição e aceitar o acordo com o Mercosul. "Espero que sim, porque

isso significaria que teríamos feito progressos que, em alguns casos, seriam históricos", comentou o presidente francês, ontem, em Bruxelas. Mas ele exige mudanças ainda mais profundas nos instrumentos de salvaguarda contra a competição com os produtos sul-americanos.

Na quinta-feira, a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, pediu mais tempo para negociar novas salvaguardas aos produtores rurais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a telefonar para a chefe de governo italiana a fim de tentar destravar a assinatura do acordo, anteriormente marcada para hoje, em Foz do Iguaçu. Meloni, porém, pediu para que Lula encaminhasse os sócios do Mercosul o pedido de adiamento.

Ontem, Meloni reafirmou que o governo italiano vai superar o impasse com os agricultores e aderir ao tratado de livre comércio, que,

se aprovado, vai criar o maior bloco econômico do planeta, com um mercado consumidor de 722 milhões de pessoas.

Lobby empresarial

A maior organização empresarial da Europa, a BusinessEurope, criticou a decisão da CE de adiar para janeiro a assinatura do tratado. Em nota, o diretor-geral da entidade, Markus J. Beyer, declarou que o adiamento foi "uma má notícia" para as empresas europeias. "Mais uma vez, a UE está adiando um acordo vital para os seus interesses econômicos e geopolíticos".

Para Beyer, a parceria com o Mercosul é crucial para reforçar a competitividade, a autonomia estratégica e a capacidade da Europa de moldar as regras globais em consonância com os seus valores. Agora é a hora", conclamou Beyer.

Fundada em 1958, a BusinessEurope representa 42

empresas europeias novas oportunidades é essencial". Ele frisou que, diante da possibilidade de acessar um mercado de 270 milhões de habitantes (nos países sócios do bloco sul-americano) "é uma oportunidade que a União Europeia não pode perder".

"Instamos todas as partes a chegarem rapidamente a um acordo sobre uma data para a assinatura, que possa finalmente impulsionar o processo de ratificação. A credibilidade da União Europeia como um parceiro comercial confiável está em jogo.

Após mais de 26 anos de negociações, a finalização do acordo UE-Mercosul é essencial para reforçar a competitividade, a autonomia estratégica e a capacidade da Europa de moldar as regras globais em consonância com os seus valores. Agora é a hora", conclamou Beyer.

Fundada em 1958, a BusinessEurope representa 42

federações empresariais nacionais de 36 países da área de influência da UE. Outras organizações representativas do setor econômico europeu, como a BDI (que representa a indústria alemã) e a Câmara de Comércio da Alemanha, também mostraram-se frustradas com o adiamento do acordo e tornaram ávidas suas posições favoráveis à abertura de uma zona de livre comércio com a América do Sul.

A secretária-geral das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Rebecca Grynspan, fez coro com o empresariado europeu, ao lamentar mais um adiamento. Ao participar de um seminário na Espanha, disse que a UE "não vai ser uma parceira confiável" se rejeitar a união com o Mercosul. Segundo ela, o acordo de livre-comércio pode reduzir as tarifas de mais de 91% dos produtos europeus exportados para os países do Mercosul. (VD)

TRAMA GOLPISTA

Bolsonaro: cirurgia liberada; domiciliar, não

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, a realização de um procedimento cirúrgico de Jair Bolsonaro, mas negou o pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa do ex-presidente. Mas cedo, a Polícia Federal (PF) apresentou um laudo no qual constatou que Bolsonaro tem uma hérnia inguinal bilateral e necessita de cirurgia "o mais breve possível". A perícia médica, no entanto, não aponta urgência ou emergência no caso.

Segundo a decisão de Moraes, "defiro a realização do 'reparo cirúrgico em caráter eletivo' apontado como necessário no laudo da Polícia Federal, devendo a defesa se manifestar sobre a programação e data

pretendidas para a realização da cirurgia eletiva. Após a manifestação da defesa, os autos deverão ser enviados à PGR, para parecer em 24 horas."

Os exames no ex-presidente foram realizados pelo Instituto Nacional de Criminalística e encaminhados a Moraes. A ultrassonografia foi realizada em 14 dezembro e o médico confirmou as hérnias inguinais bilaterais. O laudo diz que houve "piora progressiva" do quadro de Bolsonaro, provavelmente causado pelo "aumento da pressão intraabdominal decorrente dos soluços e da tosse crônica".

"Não há descrição de encarceramento ou estrangulamento da(s) hérnia(s) em nenhum momento, inclusive até a realização da presente perícia", observa o laudo. Os peritos, porém, defendem a operação "haja vista a refratiedade

aos tratamentos instituídos, a piora do sono e da alimentação, além de acelerar o risco das complicações do quadro hérnico".

Soluções

Os peritos concluíram, também, que os soluços não pararam mais depois da última intervenção médica. "Várias outras cirurgias foram realizadas — sete no total — e o quadro sempre retornava no pós-operatório de forma mais persistente nos 30 dias seguintes a cada cirurgia. Assim permaneceu até a última cirurgia realizada há sete meses, quando os soluços retornaram e não mais cessaram", relatam no laudo. Eles ainda apontam que "os soluços se mantiveram durante o exame com frequência de

aproximadamente 30 a 40 episódios por minuto".

Mas, segundo a defesa de Bolsonaro, o estado de saúde do ex-presidente é "grave, complexo e progressivamente debilitado" — daí porque pedem que ele vá para o regime domiciliar.

"Ocorre que, desde a última manifestação da defesa, houve evolução objetiva e comprovada do quadro clínico, agora amparada por exame de imagem realizado recentemente e por novo relatório médico conclusivo, que impõem atuação imediata", dizem os advogados ao Supremo.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por uma tentativa de golpe de Estado para se manter no poder mesmo após derrotado nas urnas.

Sérgio Lima/AFP



Laudo não aponta necessidade de Bolsonaro ser operado urgentemente